

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL OICVM AÇÕES

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações



RELATÓRIO E CONTAS

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE

2025

ÍNDICE

1 Relatório de Gestão	3
1.1 Enquadramento geral da atividade (1º semestre 2025)	4
1.2 Cenário Base – 1º semestre 2025	15
1.3 Principais características do fundo	18
1.4 Evolução do fundo	19
2 Balanço e Demonstrações Financeiras.....	23
2.1 Balanço a 30 de junho de 2025	24
2.2 Demonstração de Resultados referente ao período findo em 30 de junho de 2025	26
2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – referente ao período findo em 30 de junho de 2025.....	27
3 Divulgações	28
3.1 Anexos às demonstrações financeiras	29
4 Certificação das Contas	42

1 Relatório de Gestão

1.1 Enquadramento geral da atividade (1º semestre 2025)

Nos últimos meses, temos sido bombardeados por notícias cada vez mais dramáticas sobre a política comercial dos Estados Unidos, marcadas por tarifas agressivas, ultimatos e trocas diplomáticas intensas. Em abril, a administração Trump declarou uma emergência nacional devido ao défice comercial do país e implementou uma vasta gama de tarifas, sob a bandeira do lema "America First". Estas medidas provocaram quedas nos mercados financeiros e levantaram enormes preocupações entre analistas económicos e investidores.

Apesar de toda esta turbulência, é fundamental que, em vez de nos deixar levar pelo caos aparente, tentemos aprofundar a compreensão das reais dinâmicas em jogo. É crucial perceber as intenções, os objetivos e os estilos dos intervenientes nesta narrativa complexa, para melhor antecipar os seus movimentos e avaliar o impacto a longo prazo nas economias globais.

A nossa análise leva-nos a crer que a atual administração americana adotou uma estratégia clara de "choque e pavor", usando uma retórica agressiva e medidas de forte impacto. No entanto, no final, os acordos concretizados tendem a ser mais moderados do que a intensidade da retórica inicial sugeria. Este padrão não é novo: durante o seu primeiro mandato, o presidente Trump seguiu uma metodologia semelhante, exercendo uma pressão inicial intensa, acompanhada de esforços diplomáticos vigorosos para conquistar compromissos que pudessem ser apresentados como benefícios mútuos.

As ameaças de tarifas, portanto, não representam um objetivo final — são antes ferramentas de negociação poderosas, usadas para obter concessões. Esta tendência histórica de confrontação negociada está a desenrolar-se num contexto em que outros grandes parceiros comerciais, como o Japão, Coreia do Sul e União Europeia, continuam a enfrentar tarifas elevadas ou prazos iminentes. Contudo, as negociações permanecem ativas e em andamento.

Parece que o objetivo da administração Trump é assegurar acordos bilaterais que possam servir de vitórias políticas internas, enquanto minimizam os impactos económicos negativos. Assim, mesmo que alguns obstáculos permaneçam, o panorama sugere uma abordagem de pressões e concessões que, no fundo, visa consolidar o poder de negociação dos Estados Unidos sem um confronto direto e de grandes roturas.

As tarifas podem ter consequências económicas relevantes, como o aumento dos preços ao consumidor, pressões negativas sobre as margens das empresas ou modificações nas projeções de crescimento. Contudo, é fundamental, sobretudo perante avaliações pessimistas baseadas apenas nos anúncios iniciais de política, recordar que muitas das perturbações económicas que esses anúncios sugerem tendem a diminuir à medida que a claridade se vai instaurando e os acordos começam a emergir.

Investidores experientes, familiarizados com ciclos anteriores de negociações comerciais, reconhecem que a volatilidade de curto prazo geralmente é seguida por períodos de maior estabilidade a longo prazo. Esses períodos de estabilização vêm muitas vezes acompanhados de ajustes políticos que acabam por beneficiar vários setores económicos e criar condições mais favoráveis à recuperação.

Nos últimos três meses, as ações norte-americanas experienciaram uma forte queda seguida de uma recuperação rápida e surpreendente. Esta recuperação levantou dúvidas entre muitos

investidores, que se concentram nos riscos existentes, como a inflação persistente, os conflitos bélicos, a desaceleração económica e as disputas comerciais. Embora seja fundamental estar atento a esses riscos crescentes, acreditamos que os investidores devem manter-se vigilantes e preparados para os impulsos que possam fazer os preços das ações subirem novamente.

Atualmente, a liquidez global permanece suficientemente expansiva para sustentar uma nova onda de valorização dos mercados. Os mercados financeiros, já a antecipar o desfecho das negociações, começam a refletir a esperança de acordos futuros ao invés de esperar por longas interrupções. Essa percepção explica, em parte, a forte recuperação das bolsas desde as quedas causadas pelo choque de abril.

Obviamente, eventos inesperados ou catalisadores podem surgir a qualquer momento, alterando o sentimento do mercado — seja elevando o otimismo ou aumentando o pessimismo. Catalisadores positivos, como avanços tecnológicos, uma resolução percebida de conflitos militares ou mudanças políticas favoráveis, podem transformar fundamentalmente o humor dos investidores e o potencial de lucros das empresas. Por outro lado, catalisadores negativos podem ter o efeito contrário.

No primeiro semestre de 2025, o mercado teve de lidar com ambos os tipos de catalisadores. Enquanto os resultados empresariais continuam a ser a força motriz do crescimento dos mercados a longo prazo, o sentimento dos investidores desempenha um papel poderoso como amplificador ou atenuador das tendências no curto prazo.

Ainda que não ignoremos os riscos associados ao possível abrandamento económico, à escalada da inflação ou ao aumento de conflitos militares, também não podemos desconsiderar a possibilidade de que os mercados globais possam continuar a subir. Mesmo diante desses riscos, acreditamos ser possível identificar áreas, setores ou países que poderão beneficiar ou até evoluir favoravelmente face às mesmas circunstâncias.

Estados Unidos

Na economia americana, o 1º semestre de 2025 foi marcado pela incerteza e volatilidade. A administração americana, sem ter em conta os fluxos de capitais internacionais favoráveis aos EUA que em conjunto com o mercado cambial influenciam os défices comerciais, impôs tarifas aos países com excedente comercial sobre os EUA. Antes do início da guerra tarifária, apenas 7% dos Chief Financial Officer's (CFO) norte-americanos acreditavam que o país estava a caminho de uma recessão. Em março, esse valor já era de 60%. A incerteza comercial começou assim a afetar a confiança internacional na economia americana, bem como o valor do dólar nos mercados internacionais, que acabou por desvalorizar cerca de 11% (US Dollar Index) neste semestre. As tarifas transmitiam a percepção de que os Estados Unidos estavam a fechar-se ao comércio internacional, tendo os investidores respondido às ameaças da Administração Trump com fortes vendas nos mercados acionistas nos primeiros dias de abril, altura em que o índice S&P 500 perdeu mais de 10%.

No entanto, no dia 9 de abril, a Administração Trump anunciou uma pausa imediata de 90 dias nas tarifas anteriormente divulgadas. A confiança que parecia destruída rapidamente se recompôs e o S&P 500 registou uma recuperação diária recorde de 9,5%. Desde então, o mercado acionista americano deixou de reagir negativamente à imposição de tarifas e à pressão para acordos comerciais, tendo-se focado mais nos avanços dos acordos com a China e no lema "TACO

trade” (Trump always chickens out), reflexo da atitude do líder norte-americano em impor e retirar consecutivamente tarifas comerciais.

As saídas de capital da economia americana do início de abril não tiveram assim continuação no resto do segundo trimestre. Pelo contrário, os números do Treasury International Capital de maio mostraram compras líquidas recorde de \$326 mil milhões de títulos de dívida norte-americano por parte de investidores estrangeiros, com o maior influxo de sempre do setor privado.

Embora as ações norte-americanas tenham recuperado das perdas acentuadas sofridas na sequência da imposição de tarifas, o mesmo não se pode dizer do mercado de obrigações norte-americano. Desde o mínimo registado a 4 de abril, a yield das Treasury Notes a 10 anos voltou a subir, atingindo um máximo de 4,6% em meados de maio, o que parece transparecer que os grandes fluxos de capital para os EUA, observados no 2º trimestre, não se dirigiram para o mercado obrigacionista. O aumento das yields reflete assim uma maior exigência por parte dos investidores para estarem dispostos a correr o risco de deter dívida dos EUA, em especial nos prazos mais longos. De facto, neste semestre, a Moody’s Ratings baixou a classificação de crédito dos Estados Unidos de AAA, a classificação mais alta, para AA1, devido ao aumento do respetivo stock e à instabilidade política que se viveu, onde democratas e republicanos não se entendiam quanto à forma de redução dos défices orçamentais. O caso mais emblemático foi a aprovação do One Big Beautiful Bill Act, uma lei federal assinada por Trump e que prevê cortes nos impostos, cortes no medicaid e maiores gastos em despesa militar, com reflexos estimados muito negativos para o stock de dívida federal norte-americana. A redução da notação de crédito mina a confiança global na dívida soberana dos EUA, uma vez que denominados risk-free assets deixavam assim de ser tão seguros. Em resposta a esta preocupação, foi recentemente aprovado o GENIUS Act (Guaranteeing Essential National Infrastructure in US-Stablecoins), que procura responder à menor procura por dívida americana e, assim, sustentar o financiamento do défice público. A lei estabelece que as stablecoins, criptomoedas indexadas à moeda nacional e emitidas por entidades privadas, tenham de ser integralmente colateralizadas com títulos de dívida americano.

No 1º trimestre de 2025, o PIB real caiu 0,5% (anualizado). Esta contração deveu-se a um aumento de 42,6% nas importações, principalmente de produtos farmacêuticos e eletrónicos com o objetivo de evitar tarifas futuras. Além disso, o gasto governamental caiu 4,6%. Já no 2º trimestre, apesar de haver uma expansão de 3,0% do PIB (anualizado e ajustado à inflação), uma boa parte do valor final deve-se às oscilações líquidas do comércio internacional que distorceram a leitura, isto é, com as tarifas, as importações recuaram 30,3% e as exportações desceram 1,8% aumentando o crescimento do PIB.

No que respeita à inflação, a inflação subjacente, que exclui os setores mais voláteis da energia e dos alimentos, baixou de 3,1% em março para 2,9% em junho (variação homóloga anual). Importa, no entanto, frisar que as tarifas de Trump não são os principais responsáveis pelas pressões inflacionistas deste semestre. Estas são ainda reflexo das falhas nas cadeias de abastecimento e do forte aumento da despesa pública registados durante a pandemia, agravados ainda pelo aumento das políticas verdes, pelas sanções económicas e pela guerra, que contribuíram para o aumento generalizado dos preços da energia. Por seu lado, a taxa de desemprego manteve-se em torno dos 4,1% ao longo do semestre, sinalizando uma desaceleração no ritmo de criação de empregos. Perante este contexto, o Fed optou por manter inalteradas as taxas de juro, evitando dar sinais contraditórios a um mercado já pressionado pela incerteza.

Olhando em frente, o maior risco não reside apenas na trajetória da inflação, mas sim na possibilidade de uma estagflação persistente. O verdadeiro impacto das tarifas surgirá de forma mais evidente nos próximos meses e o maior desafio da Fed passa por preservar a confiança na economia e no dólar norte-americanos.

China

A economia chinesa mostrou sinais de resiliência, neste primeiro semestre, obtendo resultados positivos num contexto de incerteza no comércio global. O PIB chinês cresceu 5,4% e 5,2% no 1º e 2º trimestres, respetivamente, com a atividade económica a ser fortemente auxiliada pela emissão recorde de dívida pública, pela forte procura por produtos eletrónicos, pelo rápido crescimento do setor de automóveis elétricos, pela antecipação e redirecionamento das exportações para evitar tarifas dos EUA e pelo projeto trade-in que impulsionou o consumo doméstico.

As exportações chinesas subiram 7,2% no primeiro semestre e as importações caíram 2,7%. No meio de um choque tarifário, as exportações foram redirecionadas para outras regiões: sudeste asiático (+13%), união europeia (+6,9%) e África (+21,4%). O desempenho económico foi impulsionado pela produção industrial (+6,4%), expansão dos serviços (+5,5%) e comércio doméstico (+5%).

O recente crescimento do consumo doméstico começou, entretanto, a esmorecer. O governo chinês aprovou, em janeiro, medidas de austeridade para o setor público, incluindo grandes cortes salariais e de benefícios, o que terá reflexos sobre a procura interna. Por seu lado, o impacto positivo do plano trade-in, que incentiva as famílias a trocar bens duradouros, como eletrodomésticos e carros, começou a dissipar-se, uma vez que os consumidores interessados já aproveitaram o benefício. Além disso, o governo está a limitar a concorrência de preços entre empresas, impedindo a diminuição dos mesmos.

Neste primeiro semestre, o consumidor chinês experimentou uma leve deflação de 0,1%. No entanto, a crise mais aguda é na inflação ao produtor, que registou uma queda de 2,8 %. A deflação generalizada destaca problemas como o excesso de capacidade industrial e a necessidade de reestruturar a economia para estimular a procura. O Banco Popular da China cortou tanto as taxas de juros diretas (10 pontos-base) como o coeficiente de reservas a constituir pelos bancos. Injetou também cerca de 1 bilião de yuans no sistema bancário para estimular o crédito e reduzir os efeitos dos altos impostos de importação dos EUA.

Neste semestre, a China reduziu drasticamente a sua exposição à dívida americana, levando o seu stock de Treasuries para o nível mais baixo desde maio de 2009. Segundo o China Money, a trajetória da dívida dos EUA é “insustentável”. O capital libertado com a venda de Treasuries foi redirecionado para reforço das reservas em ouro, de dívida soberana de países emergentes e aumento dos investimentos estratégicos na região asiática.

União Europeia

A zona euro cresceu 0,6% no primeiro trimestre do ano, face ao 4ºT de 2024, em resultado da antecipação de exportações e do resultado excecional da economia irlandesa que, pela mesma razão, cresceu 9,7% anualizados. Já os dados do 2º trimestre parecem indiciar um novo período de estagnação, contexto que levou o BCE a realizar vários cortes nas suas taxas diretas.

O caso mais preocupante na zona euro parece ser a Alemanha, que é o motor económico da União e representa cerca de 25% do seu PIB. No segundo trimestre, a indústria, o consumo doméstico, os investimentos e o comércio exterior deverão ficar aquém das expectativas. As tarifas impostas pelos EUA ao setor automóvel deverão penalizar as respetivas exportações, enquanto os gastos privados perderão força. A única sustentação deverá surgir do aumento da despesa pública, que deverá rondar os 0,8%.

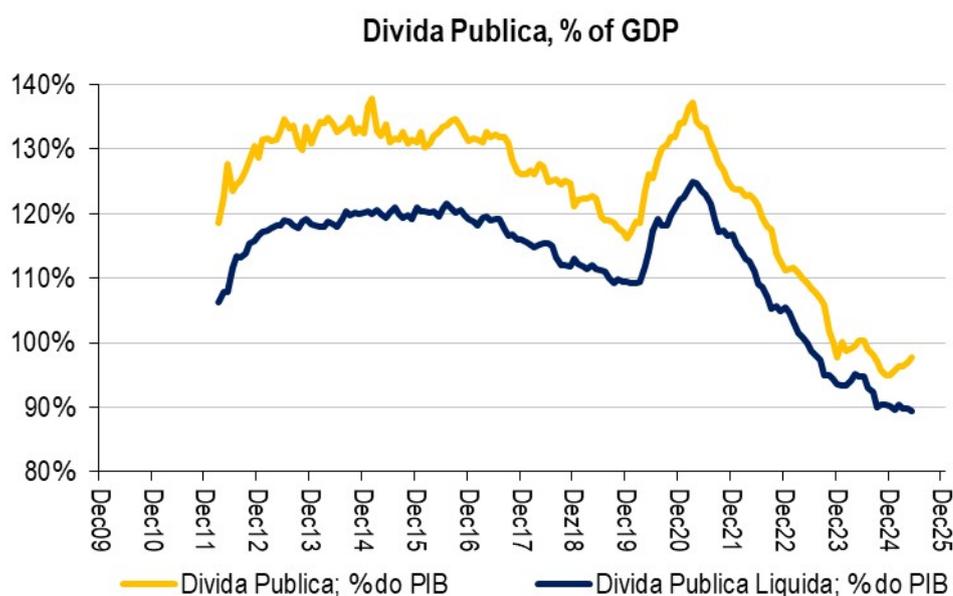
Ao mesmo tempo, o pano de fundo político é marcado pela crescente preparação militar da União Europeia. A capa da revista alemã Stern exemplifica estas ações com a pergunta: “Will you fight for Germany? None of us wants war, but we already have to prepare for it. How ready are we really?”. Nesse contexto, a Comissão Europeia aprovou o plano “ReArm Europe” que prevê um investimento de €800 mil milhões em defesa, financiado sobretudo através do aumento dos défices públicos nacionais.

Neste semestre, a comissão europeia e o BCE pressionaram para a rápida criação das CBDC’s (Central Bank Digital Currency), uma nova forma de dinheiro que existe apenas em formato digital. Estas são promovidas como instrumentos de eficiência e inclusão, mas levantam sérias preocupações sobre privacidade, liberdade individual e o risco de centralização excessiva do sistema financeiro.

Portugal

Uma análise aos dados mais recentes revela que a dívida bruta do Estado português tem vindo a aumentar, atingindo os 284,5 mil milhões de euros, em maio, segundo a definição de Maastricht. Este montante equivale a 97,8% do PIB, representando um aumento de 1,32% face ao mês anterior e de 3,16% em termos homólogos. Este valor mantém a taxa de endividamento bem acima da meta inicial do Governo de 91,8% do PIB para o final de 2025.

Contudo, o aumento da dívida bruta foi amplamente compensado por uma subida significativa dos depósitos do sector público, que passaram de 20,4 mil milhões de euros em abril para 24,2 mil milhões de euros em maio. Assim, a dívida líquida do Estado, calculada deduzindo estes depósitos, manteve-se estável nos 260,3 mil milhões de euros, 89,5% do PIB. Este valor não sofreu



alterações significativas face aos meses anteriores e mantém-se ligeiramente acima do nível registado em dezembro de 2024.

Fonte: Banco de Portugal e INE.

No geral, embora os números da dívida, em termos absolutos, possam parecer menos favoráveis, as reservas orçamentais subjacentes continuam positivas, com níveis elevados de depósitos a conferirem ao Governo uma maior flexibilidade para gerir futuras necessidades de financiamento.

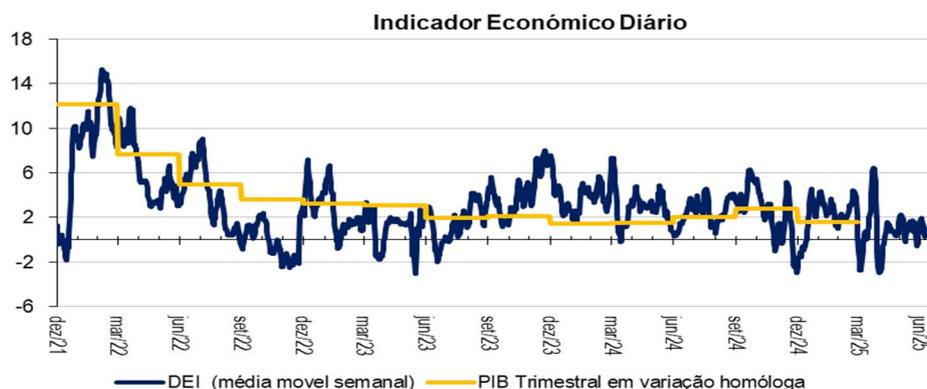
Até ao final de maio, a execução orçamental superou significativamente as expectativas existentes, apresentando um excedente acumulado de 597 milhões de euros, em contraste com um défice de 2,5 mil milhões de euros no mesmo período de 2024. Esta melhoria notável deve-se sobretudo a receitas fiscais robustas, que aumentaram 12,3% desde o início do ano, superando largamente a meta inicial de 9,8% para 2025.

Os impostos diretos registaram um desempenho particularmente positivo, com a cobrança de IRS a subir 17,8% e o IRC a crescer 38,7% desde o início do ano. Os impostos indiretos também registaram um bom desempenho, aumentando 9,3% em termos acumulados, impulsionados por fortes receitas de IVA e impostos relacionados com a energia.

Do lado da despesa, os gastos permaneceram controlados, crescendo apenas 4,5% desde o início do ano, bem abaixo da meta anual de 11,5%. Esta contenção foi favorecida por uma despesa inferior ao previsto em bens, serviços e pagamentos de juros. Uma gestão cuidadosa das despesas tem ajudado a compensar pressões ascendentes nos gastos com salários e prestações sociais. O forte crescimento da receita e a disciplina na execução da despesa reforçam a probabilidade de se superar a meta orçamental anual.

Apesar de alguns desenvolvimentos orçamentais positivos, os indicadores de alta frequência revelam um contexto económico mais moderado. O mais recente Indicador Diário de Atividade Económica (IDE) mostra uma tendência persistentemente fraca na atividade económica, com a média acumulada do 2º trimestre a cair 0,3% (até à semana terminada a 22/06), face à queda média de 0,5% que se registava até à semana imediatamente anterior. Segundo o Banco de Portugal, o IDE, publicado semanalmente e que acompanha dados de alta frequência como pagamentos com cartão, tráfego de veículos pesados, movimentação de cargas e consumo de eletricidade e gás, continua a indicar sinais de estagnação do PIB.

Em abril, a média situou-se nos -0,1% em termos homólogos (face a -0,4% e -0,3% nas duas semanas anteriores). A média de maio manteve-se nos -0,2%, inalterada face às últimas duas semanas, enquanto a média de junho desceu para -0,8%, após -1,5% na semana anterior. Apesar



de estes dados estarem sujeitos a revisões frequentes, os sinais consistentemente negativos poderão ter um impacto adverso no crescimento do PIB no segundo trimestre. Esta tendência evidencia um desfasamento em relação a alguns indicadores mais resilientes, como as vendas a retalho.

Fonte: Banco de Portugal e INE.

Os dados de vendas a retalho de maio apresentaram uma perspetiva positiva para a procura interna. O volume total do comércio a retalho aumentou 5,5% em termos homólogos, superando tanto a média móvel de doze meses como a de três meses. O crescimento foi generalizado, com as vendas de produtos alimentares a subirem 5,2% em termos homólogos e o comércio a retalho de produtos não alimentares a crescer 5,8% face ao mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, as vendas de produtos alimentares aumentaram 6,7% ano a ano.

Em comparação, o comércio online e por correspondência continuou a expandir-se de forma robusta, com um crescimento de 7,8% em termos homólogos, refletindo tendências semelhantes às observadas em Espanha. Esta resiliência no consumo contrasta com outros indicadores que sugerem um trimestre mais fraco. Ainda assim, constitui um sinal encorajador da forte procura das famílias, o que é positivo tanto para os retalhistas de produtos alimentares como de não alimentares nos próximos meses.

O mercado habitacional português manteve a tendência de subida no primeiro trimestre de 2025, com os preços a aumentarem 16,3% em termos homólogos e 4,8% em cadeia, atingindo novos máximos históricos. O volume de transações também registou um crescimento significativo em termos anuais, com um aumento de 25,0% face ao mesmo período do ano anterior. Contudo, comparando com o mês anterior, registou-se uma queda no volume de transações de 8,5%, provavelmente devido a ajustamentos sazonais.

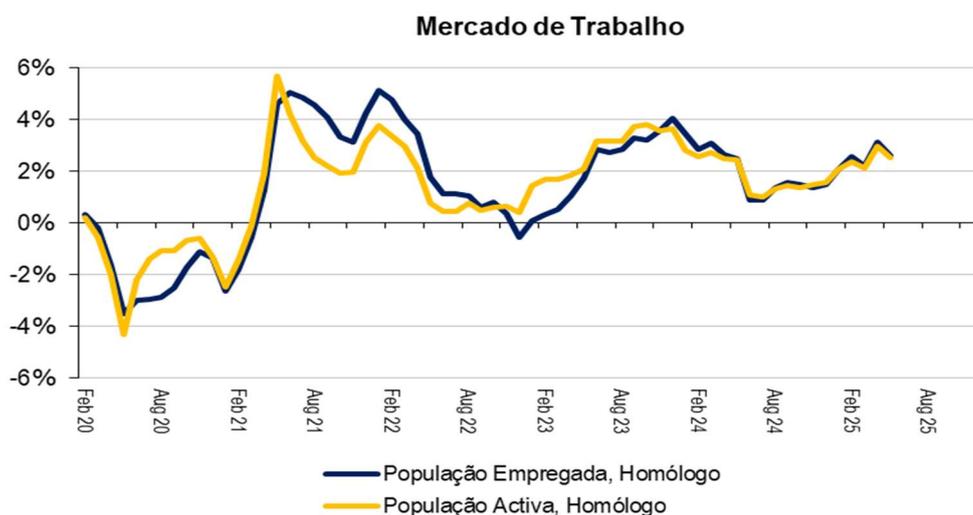
A área de Lisboa refletiu esta tendência geral, com o volume de transações a subir 26,6% em termos homólogos, mas a cair 9,4% face ao mês anterior. É de destacar que as vendas a não residentes aumentaram ligeiramente, 1,5% em termos homólogos, embora tenham registado uma forte queda trimestral de 18,9%.

Os dados indicam uma forte relação entre as taxas de juro nominais dos empréstimos hipotecários e os preços da habitação. Em contraste, as taxas de juro reais têm um impacto menor, provavelmente porque o crescimento salarial nominal está a superar a inflação. Com a expectativa de que as taxas hipotecárias continuem a descer em linha com a política do BCE, é provável que o atual contexto favorável à procura e aos preços da habitação se mantenha nos próximos trimestres.

Em abril, as contas externas de Portugal apresentaram uma evolução positiva, com o saldo da Balança Corrente a registar um excedente equivalente a 1,6% do PIB nos últimos doze meses. Este desempenho favorável foi impulsionado principalmente pela Balança de Serviços, que alcançou um excedente substancial de 11,3% do PIB, sobretudo devido aos efeitos sazonais da Páscoa. No sector dos serviços, o saldo da Conta Viagens aumentou 8,7% em termos homólogos, enquanto os Serviços de Transporte cresceram 26% face ao mesmo período do ano anterior, ambos os valores superando as médias recentes.

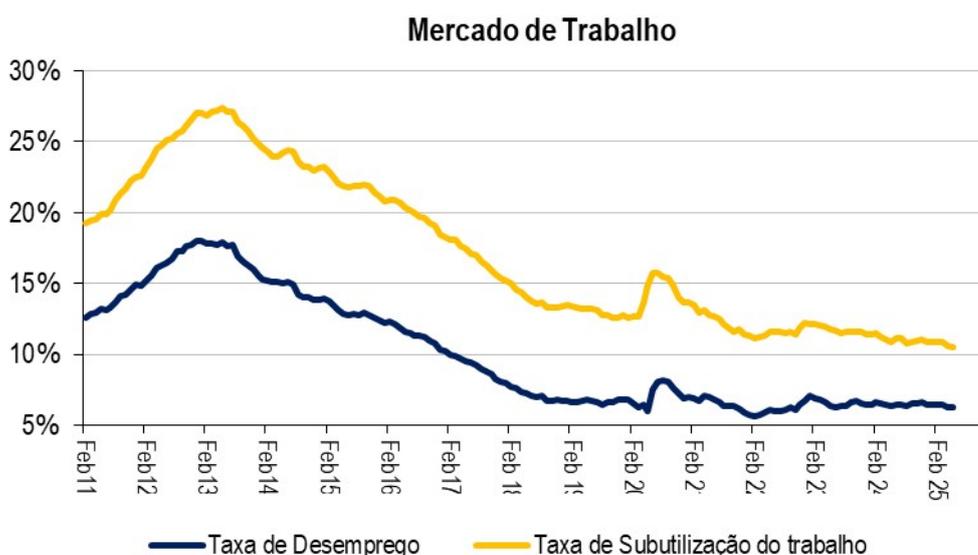
Apesar da Balança de Bens se ter mantido deficitária em 9,3% do PIB, o elevado excedente nos serviços ajudou a garantir um saldo global positivo, evidenciando a resiliência externa de Portugal, apesar dos desafios estruturais persistentes no comércio de bens.

Os dados do mercado de trabalho de maio confirmaram a estabilização da dinâmica de emprego em níveis recorde, com a população ativa e a população empregada a crescerem cerca de 2,5% em termos homólogos. O número de desempregados manteve-se estável em cerca de 350 mil pessoas, o que resultou numa taxa de desemprego de 6,3%.



Fonte: Banco de Portugal e INE.

Segundo os números preliminares do Instituto Nacional de Estatística (INE) para maio, a taxa de desemprego fixou-se nos 6,28%, face aos 6,44% e 6,32% registados anteriormente. Além disso, a taxa de subutilização desceu 11 pontos base em termos mensais, para 10,48%, abaixo dos 10,88% e 10,64% verificados anteriormente.



Fonte: Banco de Portugal e INE.

A população inativa registou uma diminuição homóloga de 90 pontos base, face a quedas anteriores de 45 e 104 pontos base. A população ativa aumentou 2,5% em termos homólogos, face a crescimentos anteriores de 1,77% e 2,53%, o que traduz uma descida de 24 pontos base em termos mensais. De forma idêntica, a população empregada subiu 2,6% em termos homólogos, face a 1,80% e 2,64% registados anteriormente, refletindo igualmente uma diminuição de 24 pontos base em termos mensais.

Estes números reforçam a ideia de que o mercado de trabalho se mantém sustentado, com crescimento estável do emprego e da taxa de participação no mercado laboral, enquanto o número de desempregados permanece praticamente inalterado.

Os indicadores de confiança forneceram uma perspetiva mais detalhada sobre as expectativas económicas. Em junho, o Indicador de Sentimento Económico (ISE) de Portugal subiu pelo segundo mês consecutivo, atingindo 107,4, bem acima da média dos últimos doze meses.

Este aumento foi impulsionado sobretudo por uma forte subida no sector dos Serviços, que avançou para 14,4, evidenciando um dinamismo robusto nos sectores do turismo e da hotelaria. Em contraste, o sentimento económico na Zona Euro voltou a recuar para 94,0, com o sector industrial a continuar a penalizar o indicador global.

Apesar de os Serviços mostrarem sinais positivos, a evolução global do ISE parece inconsistente com outros indicadores macroeconómicos que apontam para um crescimento trimestral mais fraco, revelando uma dinâmica desigual entre sectores.

O sector bancário português demonstrou resiliência no segundo trimestre de 2025, sustentado por um crescimento do crédito e por uma margem financeira líquida estável. De acordo com o Banco de Portugal, o total de empréstimos aumentou, em média, 1,3% em termos trimestrais - entre abril e maio-, impulsionado pela forte procura de crédito à habitação (+6,7% em termos homólogos) e de crédito ao consumo (+5,6% em termos homólogos), enquanto o crédito às empresas também registou uma melhoria modesta.

Apesar de uma descida gradual das taxas de juro dos novos empréstimos, a margem financeira líquida manteve-se praticamente inalterada, já que uma redução semelhante na remuneração dos depósitos compensou a queda nos juros cobrados nos empréstimos. Esta estabilidade é positiva para o rendimento líquido de juros no segundo trimestre de 2025, que deverá manter-se estável ou ligeiramente positivo face ao trimestre anterior.

Além disso, o crescimento dos depósitos manteve-se robusto, com um aumento de 6,04% em termos homólogos, e o rácio de crédito sobre depósitos permaneceu estável. Os rácios de crédito vencido mantiveram-se baixos em todos os segmentos, reforçando a boa qualidade do crédito do sector. No conjunto, os dados apontam para um ambiente favorável para o sector bancário, com uma dinâmica de crédito saudável e uma pressão sobre as margens bem contida.

Desempenho do mercado acionista nacional

O índice PSI 20 registou uma forte valorização na primeira metade de 2025, subindo cerca de 26,37%, incluindo dividendos. Este crescimento foi impulsionado por ganhos significativos em sectores-chave, apesar dos riscos externos persistentes. Entre os melhores desempenhos, destaca-se o BCP, com uma subida notável de 54,25% desde o início do ano, impulsionada por resultados acima do esperado, suportados por maiores receitas líquidas de juros e redução das

provisões para crédito malparado. Os resultados mais recentes do BCP reforçaram este impulso positivo, com a administração a apresentar uma perspetiva otimista para 2025-2026.

O banco antecipa um resultado líquido e lucros estáveis em 2025, prevendo um regresso ao crescimento em 2026, sustentado pela expansão do volume de negócios e pelo contributo favorável da sua política de cobertura. Prevê-se que os volumes de crédito cresçam no máximo 5%, enquanto as comissões e as despesas operacionais deverão crescer igualmente ligeiramente menos do que o crédito. O custo do risco de crédito deverá situar-se entre 30 e 40 pontos base, enquanto outras imparidades deverão rondar os 10 a 15 milhões de euros por trimestre. A taxa efetiva de imposto deverá situar-se entre 25% e 30%, beneficiando da utilização eficiente de ativos por impostos diferidos.

A nível internacional, o BCP confirmou que as provisões relacionadas com a carteira de hipotecas em francos suíços do Millennium Polónia atingiram o pico em 2023, esperando-se um novo recuo de 30% em 2025. Em Moçambique, o banco salientou que a sua exposição se limita a participações de capital, estando a maioria dos seus ativos denominados em dívida pública local.

No capítulo de M&A, o BCP reiterou que o Millennium Polónia não está à venda, sublinhando o compromisso com a criação de valor a longo prazo e reafirmando o foco no crescimento orgânico. Estas garantias estratégicas, a par dos fundamentos em melhoria, contribuíram para a valorização da ação.

Os CTT – Correios de Portugal registaram um ganho significativo de 50,78% desde o início do ano, sustentado pelo aumento dos volumes de encomendas e pela melhoria da eficiência logística. Este desempenho foi impulsionado principalmente pela aquisição da Cacesa e pela parceria estratégica com a DHL. No primeiro trimestre de 2025, a CTT apresentou receitas de 288,5 milhões de euros, representando um aumento de 9,5% face ao ano anterior. O segmento Expresso & Encomendas teve um desempenho particularmente positivo, crescendo 23% e mantendo-se como principal fonte de receitas do grupo.

Adicionalmente, o segmento de Serviços Financeiros registou uma recuperação assinalável, com as receitas a aumentarem 25,4%, impulsionadas pelo crescimento das colocações de dívida pública. O EBIT recorrente subiu 19,5% para 20,2 milhões de euros, atingindo uma margem de 7,0%. Apesar de o resultado líquido ter registado um recuo temporário devido a custos de reestruturação e transações, a empresa reiterou a meta de alcançar um EBIT recorrente orgânico superior a 100 milhões de euros até 2025. A transformação digital em curso e as melhorias operacionais colocam a CTT numa posição favorável para aproveitar o crescimento do comércio eletrónico na Península Ibérica.

A Sonae garantiu o terceiro melhor desempenho com uma valorização de 43,54% desde o início do ano, beneficiando da procura resiliente no segmento de retalho alimentar e do crescimento contínuo dos canais digitais e de comércio eletrónico, o que ajudou a compensar as pressões no retalho não alimentar. No primeiro trimestre de 2025, o volume de negócios consolidado aumentou 23% para 2,6 mil milhões de euros, enquanto o EBITDA cresceu 39% para 250 milhões de euros.

A divisão de retalho alimentar (MC) registou um crescimento de 7% nas receitas, impulsionado por fortes vendas em termos comparáveis e pela integração bem-sucedida da Druni no segmento de saúde e beleza. A Worten, retalhista de eletrónica e eletrodomésticos, também apresentou resultados sólidos, e a iServices continuou a expandir-se geograficamente.

Além disso, os investimentos estratégicos da Sonae em cuidados para animais de estimação, cibersegurança e serviços digitais diversificaram o portefólio e reforçaram a confiança dos investidores. A empresa demonstrou forte capacidade de adaptação num contexto volátil, mantendo o foco na inovação, sustentabilidade e crescimento multicanal.

Em contraste, os sectores mais expostos aos ciclos globais das matérias-primas registaram um recuo. As ações da Navigator caíram 4,18% desde o início do ano, devido, principalmente, à fraca procura global de papel, à queda dos preços da pasta de papel e a tensões geopolíticas que perturbaram os fluxos comerciais nos seus principais mercados de exportação.

No primeiro trimestre de 2025, a empresa apresentou uma queda significativa do EBITDA em termos homólogos, com uma redução de 47%. Esta quebra resultou de menores volumes de vendas e de uma diminuição substancial dos preços médios de venda.

Apesar destes desafios, a Navigator manteve um forte enfoque no controlo de custos, na eficiência operacional e na disciplina de fluxos de caixa, o que permitiu preservar a solidez do balanço. A empresa continuou igualmente a investir na diversificação da sua gama de produtos, nomeadamente nos segmentos de embalagem e lenços de papel, de forma a mitigar a sua vulnerabilidade face à natureza cíclica do mercado de papel. A administração reafirmou o seu compromisso com a criação de valor a longo prazo, através da inovação e da sustentabilidade. No entanto, reconheceu que as perspetivas de curto prazo permanecem desafiantes, devido à incerteza macroeconómica persistente e à procura anémica na Europa e na América do Norte.

A Altri registou uma queda acumulada de 7,27% desde o início do ano, essencialmente devido à fraqueza dos preços da pasta de papel, ao aumento dos custos de produção e à redução dos volumes de exportação, fatores que penalizaram a rentabilidade durante a primeira metade do ano.

No primeiro trimestre de 2025, a empresa registou uma quebra de 8,6% no volume de negócios e viu o EBITDA recuar para 26,6 milhões de euros, face aos 41,6 milhões de euros no mesmo período de 2024. O resultado líquido do período fixou-se em 7,6 milhões de euros, espelhando o ambiente operacional exigente.

Em resposta a estes desafios, a Altri avançou com uma decisão estratégica ao adquirir a Greenalia Forest e a Greenalia Logistics, reforçando assim a sua base florestal e as capacidades logísticas na Galiza. Estas aquisições deverão permitir uma maior integração vertical, mitigar riscos na cadeia de abastecimento e fomentar a eficiência de custos a longo prazo.

Adicionalmente, a Altri prosseguiu com investimentos em projetos alinhados com critérios ambientais, sociais (ESG), sendo que cerca de metade dos investimentos do primeiro trimestre foram classificados como sustentáveis. Embora a empresa enfrente desafios de curto prazo, estas iniciativas estratégicas visam reforçar a sua posição competitiva e a resiliência num mercado volátil.

Desempenho do fundo

O nosso fundo obteve um bom desempenho na primeira metade de 2025, com uma valorização acumulada de 20,93%. Este resultado deveu-se sobretudo às excelentes performances das nossas principais posições, nomeadamente o BCP (9,7% da carteira), a Sonae (8,2%) e os CTT (5,0%), todos eles entre os maiores ganhos do PSI 20 neste semestre. Os seus fundamentais robustos, a

execução estratégica eficaz e as tendências favoráveis dos sectores em que operam contribuíram de forma significativa para a rendibilidade do fundo.

Pelo lado negativo, a nossa exposição a ações com pior desempenho, como a Navigator (2,5%) e a Altri (3,3%), teve um impacto marginal no retorno global, graças ao seu peso relativamente reduzido na carteira e à nossa abordagem proactiva de gestão de risco.

1.2 Cenário Base – 2º semestre 2025

Nota Prévia

As perspetivas que adiante se apresentam refletem o conhecimento à data de 30 de junho de 2025

Embora mantenhamos uma postura otimista relativamente ao mercado de ações em geral, as nossas principais preocupações concentram-se no mercado de renda fixa, especialmente na dívida governamental.

A liquidez nos mercados de obrigações soberanas tem vindo a diminuir, em claro contraste com o aumento do prémio de risco a prazo. Com poucos sinais de contenção orçamental em praticamente todo o mundo, uma crise fiscal num mercado de dívida desenvolvido deixou de parecer um cenário improvável.

As dívidas herdadas continuam a acumular-se, a despesa fiscal é constante e generalizada e a própria pedra angular do sistema monetário a nível global — o dólar — tem perdido parte do seu brilho enquanto reserva de valor. Assim, uma crise fiscal num mercado desenvolvido já não pode ser descartada de modo automático.

A liquidez é uma métrica fundamental que revela a saúde dos mercados financeiros. Desde o início da pandemia, que este indicador tem vindo a deteriorar-se nos principais mercados de obrigações, sendo especialmente evidente no Reino Unido e, mais recentemente, no Japão.

A escassez de liquidez é o sinal mais claro de que os mercados estão insatisfeitos com a atual situação fiscal de um país. Além disso, funciona como o mecanismo principal através do qual um círculo vicioso pode estabelecer-se — onde uma má gestão económica por parte do governo leva a uma reação negativa dos mercados, que, por sua vez, agrava ainda mais a crise inicial.

Um deslize soberano pode rapidamente fazer com que as taxas de juro disparem e a moeda enfraqueça, forçando o governo a tomar medidas que prejudicam o crescimento económico. Essa espiral negativa leva a uma saída de capitais mais intensa, tornando-se uma situação já infelizmente familiar a muitos mercados emergentes, que tantas vezes testemunharam este processo num passado recente.

Nos últimos 18 meses, as yields das obrigações têm vindo a aumentar, destacando-se especialmente nas maturidades mais longas. Os investidores têm-se tornado significativamente mais cautelosos em relação a títulos de longo prazo, sobretudo numa altura em que as despesas fiscais permanecem sem restrições e há uma crescente probabilidade do aumento da inflação global retornar — possivelmente com a conivência tácita dos próprios governos. O aumento da inclinação das curvas de rendimento reflete também esta apreensão.

O Japão é um caso particularmente marcante, com aumentos surpreendentes nas yields das maturidades mais longas. A inflação e as expectativas inflacionistas parecem estar fora de controlo, enquanto a pesada intervenção do Banco do Japão no mercado de obrigações mantém a liquidez sob pressão e limita as possibilidades de manobra do banco central. Comprar ainda mais JGBs (Obrigações do Governo do Japão) pode, na verdade, surpreender os investidores e não os tranquilizar.

Os investidores em obrigações exigem retornos mais elevados para manter títulos governamentais de longo prazo. O prémio de prazo — ou seja, o retorno adicional exigido sobre dívidas de maturidade longa acima das expectativas de taxas de juro de longo prazo — tem sido responsável por toda a subida nas yields das obrigações nestes últimos 12 a 18 meses. Estes compradores pedem uma margem de segurança maior, para se protegerem do risco de reembolso em moedas de valor depreciado. Esta é, de facto, a decisão acertada. A prudência fiscal está a tornar-se uma característica cada vez mais rara — quase três quartos dos maiores países emergentes e desenvolvidos têm registado um aumento líquido dos seus défices orçamentais desde o final de 2019.

Este cenário poderia ser menos preocupante se as receitas governamentais também estivessem a crescer, mas, em geral, não é o caso. O défice fiscal mediano em relação às receitas tem vindo a aumentar nos últimos 10 a 15 anos. Devemos acompanhar de perto o aumento dos encargos com juros da dívida pública pois pode surgir um círculo vicioso.

Por fim, as causas de fundo — como défices fiscais elevados e crescentes, rácios dívida/PIB ou serviço da dívida/PIB em expansão, encargos de juros em ascensão, dependência crescente de financiamento de curto prazo e a relutância política em cortar despesas — permanecem presentes, alimentando um potencial de crise que exige atenção constante.

O despertar do urânio: início dum novo ciclo

O mercado de urânio acaba de ativar um novo impulso de valorização, com o preço spot a subir mais de 14% nos últimos quatro meses em dólares. No entanto, esta movimentação vai muito além de uma alta pontual; ela indica o início de um reajuste estrutural de preços, impulsionado por forças profundas, tanto económicas quanto políticas.

Estamos a testemunhar uma convergência rara entre fundamentos sólidos e uma mudança definitiva na narrativa de mercado. A oferta global permanece estruturalmente desajustada, enquanto a procura — inelástica e em crescente expansão — reforça essa tendência. A disciplina nos contratos de longo prazo voltou ao centro da indústria, refletindo uma maior preocupação com a estabilidade do fornecimento.

O sentimento do mercado começa, agora, a alinhar-se com esta nova realidade, e um dos sinais mais evidentes desta viragem é o ressurgimento do carry trade. Este movimento trouxe liquidez adicional ao mercado, ajudando a aproximar os preços spot dos futuros criando uma nova base técnica de suporte para o urânio. Tudo indica que estamos perante uma fase de mudança de paradigma, com um potencial de valorização sustentada e de longo prazo.

Pela primeira vez em mais de uma geração, o governo dos Estados Unidos lança uma ofensiva federal coordenada em favor da energia nuclear — uma iniciativa que tem implicações diretas e profundas para o mercado de urânio. O plano divulgado pelo presidente Trump prevê quadruplicar a capacidade nuclear do país até 2050, atingindo os 400 GW.

Para alcançar esse objetivo, será necessário multiplicar por quatro a procura anual de urânio, passando de aproximadamente 50 milhões de libras para cerca de 200 milhões de libras — um aumento da procura sem precedentes, considerando a produção global projetada para 2025, na ordem de cerca de 164 milhões de libras. Essa mudança representa um choque de procura que pode transformar o mercado e impulsionar os preços do urânio de forma significativa e duradoura.

Essa meta, longe de ser apenas um discurso, já está em plena execução de várias maneiras:

- Aprovações rápidas de novos projetos de mineração: por exemplo, o projeto Velvet-Wood foi aprovado em apenas 14 dias, demonstrando uma disposição acelerada para expandir a produção de urânio.
- Expansão completa da cadeia de abastecimento nuclear: envolvendo todas as etapas — mineração, conversão, enriquecimento e reciclagem —, fortalecendo a autonomia e a resiliência do setor.
- Regulamentação ágil: através da Comissão de Regulação Nuclear (NRC), com prazos claros para licenças e renovações, eliminando obstáculos burocráticos que antes dificultavam a rápida implementação de projetos.
- Incentivos fiscais exclusivos: direcionados ao setor nuclear, afastando-se da abordagem tradicional de apoio às energias renováveis, o que estimula o investimento e a inovação na indústria nuclear americana.

Essas ações concretas demonstram que a ambição de expandir a energia nuclear está a ser levada a sério, configurando uma estratégia de longo prazo que poderá reconfigurar o mercado mundial de urânio.

Na era da eletrificação acelerada e da inteligência artificial, a procura por energia limpa, confiável e segura tornou-se prioridade máxima. A energia nuclear surge como a única fonte capaz de oferecer esses requisitos de forma estável e em larga escala.

Prova disso, são os passos concretos que já estão em curso:

- Gigantes da tecnologia como Microsoft e Meta celebraram acordos de fornecimento de energia nuclear de longo prazo, garantindo uma procura sólida e previsível;
- Novas fábricas estão a ser planeadas, enquanto unidades antigas estão a ser revitalizadas — incluindo a própria central emblemática de Three Mile Island, que poderá voltar a operar;
- No Canadá, o primeiro Small Modular Reactor (SMR) está a avançar rapidamente no Ontário, abrindo uma nova via para a produção de energia nuclear de baixo impacto e alta flexibilidade;
- Na Europa, países como a Alemanha, a Dinamarca e a Espanha começam a reavaliar as suas políticas energéticas, sinalizando uma mudança silenciosa, mas decisiva, na narrativa europeia em relação ao papel do nuclear.

Este conjunto de movimentos marca o início de um novo ciclo no mercado de urânio e, desta vez, as forças que impulsionam a valorização são de carácter estrutural e global. A convergência de interesses tecnológicos, políticos e ambientais aponta para uma fase de forte crescimento sustentado neste setor estratégico.

Mercado Acionista português

Perspetivando a segunda metade do ano, a Galp, que representa 8,3% da nossa carteira, destaca-se como uma das nossas principais convicções de investimento. Apesar do fraco desempenho na primeira metade do ano, com um crescimento de apenas 0,4%, existe um potencial de valorização considerável, sobretudo se os preços do petróleo recuperarem, como prevemos. Uma retoma dos preços do petróleo impulsionaria não só as operações da Galp, como também valorizaria os seus ativos de exploração na Namíbia.

Adicionalmente, o esforço em curso da empresa para encontrar parceiros estratégicos para a venda de cerca de metade da sua participação no projeto na Namíbia poderá clarificar o valor potencial deste ativo, possibilitando uma entrada substancial de liquidez. No primeiro trimestre de 2025, a Galp apresentou resultados operacionais sólidos, com um EBITDA ajustado de 669 milhões de euros, sustentado por um bom desempenho tanto na área de upstream, atividades de exploração e produção de petróleo e gás, como na de midstream, atividades de transporte, armazenamento e processamento primário. Além disso, a venda recente da participação na Área 4 (Moçambique) reforçou ainda mais o balanço e clarificou o foco estratégico da empresa.

Adicionalmente, a NOS (5,9% da carteira) mantém-se como uma das nossas apostas preferidas para a segunda metade de 2025. A empresa tem uma posição bastante consolidada no mercado nacional e apresenta uma exposição muito limitada a riscos geopolíticos. No primeiro trimestre de 2025, a NOS registou um aumento de 4,5% no volume de negócios, impulsionado por um desempenho robusto tanto no sector das Telecomunicações (+4,6%) como no segmento Audiovisual e Cinema (+1,5%). O EBITDA cresceu 4,3%, embora as margens tenham recuado ligeiramente para 45,6%, sobretudo devido ao aumento das receitas de revenda, que tendem a ter margens mais baixas.

Adicionalmente, a empresa registou um aumento de 9,9% no fluxo de caixa livre recorrente, totalizando 64,9 milhões de euros, beneficiando de uma subida de 12,2% do EBITDA após CAPEX. Um marco estratégico importante do trimestre foi a conclusão da aquisição da Claranet Portugal, que reforça significativamente a proposta de valor da NOS no mercado corporativo de tecnologia. Esta integração expande as suas capacidades em cibersegurança e serviços de cloud, consolidando a sua posição como parceiro de referência na transformação digital em Portugal.

A NOS manteve igualmente a sua liderança no 5G, atingindo uma cobertura de 97% da população e lançando serviços 5G+ autónomos, incluindo a realização da primeira chamada Voice over New Radio (VoNR) em Portugal. Estes marcos sublinham a estratégia de inovação da NOS e a sua capacidade de manter o crescimento num mercado competitivo.

1.3 Principais características do fundo

Entidade Gestora	SIXTY DEGREES - SGOIC, S.A. Avenida João Crisóstomo, 30 6.º E 1050-127 Lisboa
Data de Início do Fundo	10/09/2021
Tipo de Fundo	Ações
Região de Investimento	Portugal

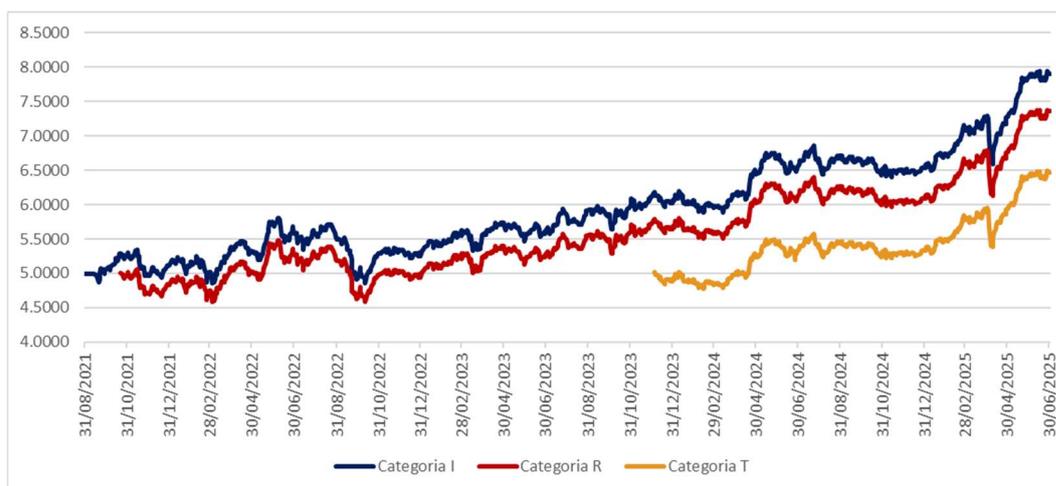
Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Política de Rendimentos	Capitalização
Objetivo do Fundo	O objetivo principal do Fundo é o de proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional, norteadada por critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo. O Fundo é denominado na moeda Euro.
Política de Investimentos	O Fundo investe predominantemente em ações de empresas cotadas na bolsa de Lisboa (Euronext Lisbon) e outros mercados regulamentados de alguns países da União Europeia. O Fundo deverá ter permanentemente um mínimo de 85% do seu valor líquido global investido em ações nacionais, não investindo preferencialmente em nenhum setor de atividade específico. O Fundo poderá recorrer à utilização de instrumentos derivados com o objetivo de cobertura do risco financeiro ou otimização dos parâmetros de investimento (preço, liquidez, outros), desde que tal se deva à detenção de instrumentos derivados cujos ativos subjacentes sejam idênticos aos referidos na política de investimento.

1.4 Evolução do fundo

Evolução Histórica

O fundo iniciou a sua atividade a 10 de setembro de 2021 tendo demonstrado, até 30 de junho de 2025, a seguinte evolução das unidades de participação:



Performances, Volatilidades e níveis de Risco desde o início do fundo

Ano / Lançamento	Categoria	Performance	Volatilidade Anualizada ²	ISR ¹
2021	I	2.24%	18.51%	6
	R	-3.32%	18.54%	6
2022	I	2.58%	18.90%	6
	R	2.09%	18.96%	6
2023	I	14.89%	13.33%	4
	R	14.22%	13.32%	4
	T	-2.31%	15.47%	4
2024	I	8.59%	10.66%	3
	R	8.03%	10.64%	3
	T	9.13%	11.73%	3
1º Semestre 2025	I	20.93%	11.78%	3
	R	20.63%	11.79%	3
	T	21.24%	12.35%	4

¹ A partir do exercício de 2023, o Fundo deixou de calcular o Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) que mede o risco de variação de preços das unidades de participação do Fundo com base na volatilidade verificada nos últimos 5 anos. Por ser considerado um *Packaged Retail Investment and Insurance-Based Product* (PRIIP) ao abrigo da legislação europeia, o Fundo passou a apresentar o cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

O ISR constitui uma orientação sobre o nível de risco deste produto quando comparado com outros produtos. Mostra a probabilidade de o produto sofrer perdas financeiras, no futuro, em virtude de flutuações dos mercados. Classificamos este produto na categoria 3 numa escala de 1 a 7, que corresponde a uma categoria de risco médio. Este Indicador não inclui os riscos de Rendimento, Operacional, Fiscal, Derivados, Cambial, Liquidez ou outros, que possam afetar o desempenho do Fundo. Este produto não prevê qualquer proteção contra o comportamento futuro do mercado, pelo que poderá perder uma parte ou a totalidade do seu investimento. Sempre que aplicável a alguma Categoria do Fundo, dada a ausência de histórico para aplicar a metodologia de cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR), foi construída uma carteira que replica a performance do índice de ações nacionais (PSI-20).

² Para o período compreendido entre 2021 e 2022, o valor em percentagem da volatilidade subjacente é calculado de acordo com as regras do Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) para um período histórico de 5 anos. A partir de 2023, o campo em referência é preenchido com o valor da volatilidade subjacente à medida de risco de mercado (MRM) associada ao Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

Alocação de Ativos – Junho de 2025

Exposição por Classe de Ativos	
Ações	69.5%
Ações via Futuros de Ações (1)	25.0%
Obrigações	22.1%
Liquidez	8.5%

(1) Valor notional dos derivativos (Futuros sobre o PSI-20)

Exposição Geográfica (inclui Derivados e exclui Liquidez)	
Portugal	77.9%
Alemanha	22.0%

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Unidade de Participação

Ano	VLGF	Categoria	Unidades em Circulação	Valor da UP
2021	455.162,30	I	70.000	5,1121
		R	20.130,5779	4.8342
2022	1.362.209,76	I	216.338,6299	5.2436
		R	46.160,8733	4.9351
2023	4.025.647,49	I	620.164,90	6.0205
		R	51.749,88	5.6373
		T	50,00	4.8844
2024	12.337.368,78	I	1.286.039,18	6.5378
		R	136.224,06	6.0902
		T	581.536,68	5.3305
2025 - Junho	21.515.494,82	I	1.905.174,37	7.9063
		R	276.127,30	7.3464
		T	684.556,62	6.4625

Custos

Custos	% da comissão
Imputáveis diretamente ao participante	
Comissão de subscrição	Categoria I – 2,00% Categoria R – 2,00% ¹ Categoria T – 5,00%
Comissão de reembolso	Categoria I – 0,50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição Categoria R – 0,50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição Categoria T – Não aplica
Imputáveis diretamente ao Fundo	
Comissão de gestão fixa (anual) ²	Categoria I – 1,25% Categoria R – 1,75% Categoria T – 0,75%
Comissão de depósito (anual)	0,13% ao ano ou 0,12% ao ano se VLGF superior a EUR 20 milhões
Taxa de supervisão (mensal)	0,0012% com mínimo de 100€ e Máximo de 12.500€ (acrescida das majorações que vierem a ser definidas pela CMVM)
Imposto de selo	0,0125%, cobrado trimestralmente sobre o ativo líquido global do OIC
Custos de Auditoria	4.612,50€/ano (Os custos de auditorias exigidas por lei ou regulamento)
Custos de research (anual)	Com Máximo de 0,10% calculados com base no VLGF referente ao fecho do ano anterior.
Despesas com apoio jurídico fora da jurisdição portuguesa.	Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
Taxa de Encargos correntes (efetivos)	Categoria I – 1,62% Categoria R – 2,09 % Categoria T – 1,09%

¹ Esta comissão não se aplica a clientes do canal Banco Best devido à Campanha de promoção que está em vigor até 31/12/2025.

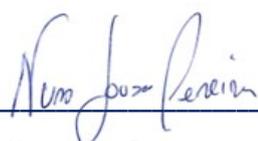
² O Fundo remunera as entidades comercializadoras de acordo com a repartição prevista no ponto 5.1.2 do respetivo prospeto.

Risco e Compliance

No 1º semestre de 2025, e da monitorização diária dos limites de investimento, que decorrem das disposições legais e dos documentos constitutivos, verificados e confirmados com o cálculo do valor líquido global do fundo e da unidade de participação, pela equipa do Compliance com suporte da aplicação informática onde os planos de limites estão parametrizados, não foram detetadas, para o período em referência, quaisquer situações que tivessem colocado em causa a gestão do fundo ou os seus participantes. Todos os incumprimentos, passivo ou ativo, são comunicados de imediato à equipa responsável pela gestão para justificação obrigatória e eventual resolução imediata. As situações detetadas foram analisadas tendo sido classificadas como passivas, enquadrando-se dentro das situações previstas no artigo 74º do Regulamento 07/2023. No que respeita ao controlo de risco de Liquidez da carteira, tendo em consideração o modelo implementado, de forma a monitorizar a sua capacidade para fazer face a resgates elevados, através da combinação entre a liquidez requerida e a disponível, ou seja, definir a parte do choque de resgate que pode ser gerida através da venda de ativos bem como os custos associados à obtenção dessa liquidez, concluiu-se que a equipa de gestão, tendo por base os testes efetuados sobre a carteira de 30 de junho, consegue gerar a liquidez necessária para cumprir com as responsabilidades do fundo, dentro do ciclo de resgate estabelecido.

Eventos suscetíveis de criar impactos nos mercados financeiros

Os investidores nos fundos da Sixty conhecem bem o nível de preocupação que a Sociedade Gestora tem com a preservação do capital que lhes é confiado para gestão. Numa situação normal de mercado, privilegiamos sempre, sempre a segurança. Ora esta postura é naturalmente reforçada em situações de crise e em especial no enquadramento global em que vivemos, onde alguns acontecimentos políticos e militares acabam por ter impacto no funcionamento dos mercados financeiros. Tal como nos anos anteriores, a Sociedade mantém a sua atenção nos desenvolvimentos e evolução da guerra na Ucrânia e em Gaza, as interrogações sobre por onde podem ir os mercados da energia, e com eles a economia, bem como as tensões políticas entre os EUA, China e Europa devido à eleição de Donald Trump e às tarifas fiscais que pretende aplicar de forma a robustecer a economia americana. Estas são algumas das preocupações que as equipas de investimento da Sixty acompanham de perto e em permanência, junto com as variáveis financeiras habituais.



Nuno Sousa Pereira
(Vogal do Conselho de Administração)



Virgílio Garcia
(Vogal do Conselho de Administração)

Lisboa, 21 de agosto de 2025

2 Balanço e Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço a 30 de junho de 2025

SIXTY DEGREES AÇÖES PORTUGAL

Valores em Euro

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30/06/2025			31/12/2024	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30/06/2025	31/12/2024	
			Bruto	+ Valia	- Valia	Líquido						
CARTEIRA DE TÍTULOS							61	Unidades de Participação	1	17 493 935	11351761	
21	Obrigações	3	4 744 267	5 596	-	4 749 862	3 274 986	62	Variações Patrimoniais	1	58 134	58 134
22	Ações	3	12 914 379	2 311 668	261 678	14 964 369	8 596 677	64	Resultados Transitados	1	927 474	374 042
	TOTAL DE CARTEIRA DE TÍTULOS		17 658 646	2 317 264	261 678	19 742 231	11871663	65	Resultados Distribuídos	1	-	-
CONTAS DE TERCEIROS							66	Resultado Líquido do Exercício	1	3 035 952	553 432	
411...418	Contas de Devedores	18	1763	-	-	1763	1718	67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-
	TOTAL DE VALORES A RECEBER		1763	-	-	1763	1718	TOTAL DE CAPITAL DO FUNDO				
										215 495	12 337 369	
DISPONIBILIDADES							CONTAS DE TERCEIROS					
12	Depósitos a Ordem	3	18 13 272	-	-	18 13 272	534 377	423	Comissões a Pagar	18	22 353	13 646
	TOTAL DE DISPONIBILIDADES		18 13 272	-	-	18 13 272	534 377	424...429	Outras Contas de Credores	18	15 220	60 728
								43	Empréstimos Obtidos	18	-	-
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
51	Acréscimos de Proventos		-	-	-	-	-	55	Acréscimos de Custos	17	-	-
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	23 801	-	-	23 801	3 990	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	-	-
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		23 801	-	-	23 801	3 990	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
										-	-	
TOTAL DO ACTIVO			19 497 482	2 317 264	261 678	21553068	12411743	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO			21553068	12411743

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Filipe Salvaterra Pires

A ADMINISTRAÇÃO

Nuno João Pereira Virgílio Manuel Ramos Garcia

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Valores em Euro

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS	
		30/06/2025	31/12/2024			30/06/2025	31/12/2024
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES				OPERAÇÕES CAMBIAIS			
911	À vista	-	-	911	À vista	-	-
935	Futuros	5 382 000	2 753 290	935	Futuros	-	-
	TOTAL	5 382 000	2 753 290		TOTAL	-	-
TOTAL DOS DIREITOS		5 382 000	2 753 290	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		-	-
CONTAS DE CONTRAPARTIDA		-		CONTAS DE CONTRAPARTIDA		5 382 000	2 753 290

Rui Filipe Salveteira Pires

Nuno João Pereira Virgílio Manuel Vazquez Garcia

2.2 Demonstração de Resultados referente ao período findo em 30 de junho de 2025

SIXTY DEGREES ACCOES PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores em Euro

Custos e Perdas		Período Corrente		Período Anterior		Proveitos e Ganhos		Período Corrente		Período Anterior	
Designação	Notas	30/06/2025	30/06/2024	Designação	Notas	30/06/2025	30/06/2024	Designação	Notas	30/06/2025	30/06/2024
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES							
Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados							
Da Carteira de Títulos e outros ativ		-	-	Na Carteira de Títulos e Outros Ativo		-	-				
De Operações Correntes	5	189	-	De Operações Correntes		-	194				
Comissões e taxas				Rendimentos de Títulos e Outros Ativos							
Da Carteira de Títulos e outros ativ	5	8 947	5 715	Da Carteira de Títulos e Outros Ativo	5	561 450	281 576				
Outras, de Operações Correntes	15	103 690	44 843	Outras, de Operações Correntes		-	-				
De Operações Extrapatrimoniais	5	-	-	De Operações Extrapatrimoniais		-	-				
Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras							
Na Carteira de Títulos e Outros Ativo	5	7 832 927	3 115 814	Na Carteira de Títulos e Outros Ativo	5	9 749 436	3 327 820				
Em Operações Extrapatrimoniais	5	1 495 263	453 248	Em Operações Extrapatrimoniais	5	2 177 270	490 424				
Impostos											
Impostos sobre o rendimento	9	-	-								
Impostos Indiretos	9	8 967	3 736								
Provisões do Exercício											
Outros Custos e Perdas Correntes				Outros Proveitos e Perdas Correntes							
Outros Custos e Perdas Correntes	15	2 220	2 088	Outros Proveitos e Perdas Correntes		-	-				
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		9 452 204	3 625 444	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		12 488 156	4 100 014				
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS		-	-	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		-	-				
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		3 035 952	474 569	RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		-	-				
TOTAL		12 488 156	4 100 014	TOTAL		12 488 156	4 100 014				
Resultados da Carteira de Títulos		2 469 012	487 867	Resultados Eventuais		-	-				
Resultados das Operações Extrapatrimor		682 007	37 176	Resultados Antes de Imposto s/o Rendim		3 044 919	478 306				
Resultados Correntes		3 044 919	478 306	Resultados Líquidos do Período		3 035 952	474 569				

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – referente ao período findo em 30 de junho de 2025

SIXTY DEGREES AÇÖES PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euro

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS

De 2025-01-01 a 2025-06-30 De 2024-01-01 a 2024-06-30
(EUR)

OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC

Recebimentos:

Subscrição Unid.Part	6 142 124	5 017 000
	6 142 124	5 017 000

Fluxo das OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC

6 142 124 5 017 000

OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS

Recebimentos:

Vendas Tít.e Out.Activos	-	179 288
Rendim.Tít.e Out.Act	7 166 249	2 092 306
	7 166 249	2 271 595

Pagamentos:

Compra Tít.e Out.Activos	12 576 211	7 307 308
Juros e Cust.Similar	-	-
Outras Comis.e Taxas	-	-
	12 576 211	7 307 308

Fluxo das OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS

(5 409 962) (5 035 714)

OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS

Recebimentos:

Oper. s/Cotações	2 159 688	490 424
	2 159 688	490 424

Pagamentos:

Oper. s/Cotações	1 495 263	453 248
Out.Pag.Op.Prazo	2 685	-
	1 497 948	453 248

Fluxo das OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS

661 741 37 176

OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE

Pagamentos:

Comissão de Gestão	88 011	34 660
Comissão de Depósito	9 843	3 675
Impostos e Taxas	5 144	4 187
Outras despesas	12 008	3 943
	115 007	46 465

Fluxo das OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE

(115 007) (46 465)

Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:

1 278 895 (28 002)

Efeitos das Diferenças de Cambio:

Disponibilidades no Início do Período:

534 377 205 557

Disponibilidades no Fim do Período:

1 813 272 177 554

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Rui Filipe Salveteiro Pires

Nuno João Pereira Vinícius Manuel Vazquez Garcia

3 Divulgações

3.1 Anexos às demonstrações financeiras

Introdução

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei n.º 27/2023 de 28 de abril que aprova o Regime da Gestão de Ativos e do regulamento da CMVM 7/2023, de 29 de dezembro que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Juros e custos equiparados”, atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada desde o início do período de contagem de juros dos respetivos títulos.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado, de acordo com as seguintes regras:

Valorização da carteira e da unidade de participação

a) Os valores das unidades de participação são calculados diariamente nos dias úteis, determinando-se simultaneamente os valores das unidades de participação da Categoria I, da Categoria R e da categoria T.

O valor da unidade de participação de cada Categoria é obtido pela divisão do valor líquido global do OIC afeto aos participantes detentores de unidades de participação de cada Categoria, pelo número de unidades de participação em circulação afetas a cada Categoria.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor líquido global do Fundo é apurado de acordo com as seguintes regras:

- i. Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas no ponto seguinte, sendo o momento de referência

dessa valorização as 18 horas para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, ETFs e derivados) e as 22 horas para unidades de participação em Fundos e ações, ETFs e instrumentos financeiros derivados sob ações e/ou índices de ações admitidos à negociação no continente americano. No que respeita à valorização de títulos de dívida se em casos excecionais, motivados designadamente por falhas técnicas, não for possível obter preços às 18h00, será considerado um momento de referência o mais próximo possível a seguir às 18h00 em que seja possível obter os respetivos preços.

- ii. A composição da carteira do Fundo a considerar em cada valorização diária será a que se verificar no momento de referência desse dia para os respetivos ativos, salvo no caso das operações realizadas em mercados estrangeiros, em que poderão ser considerados os valores resultantes de transações efetuadas até ao final do dia anterior;
- iii. Para valorização dos ativos cotados em moeda estrangeira, será considerado o câmbio de divisas divulgadas pelo Banco de Portugal ou por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, no momento de referência de valorização da carteira aplicado aos instrumentos financeiros admitidos à negociação no continente americano;
- iv. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram a importância dos encargos efetivos ou pendentes, até à data da valorização da carteira. Para esse efeito, são considerados os seguintes encargos imputáveis ao Fundo: despesas inerentes às operações de compra e venda de ativos, encargos legais, judiciais e fiscais, a taxa de supervisão, a comissão de gestão, a comissão de depósito, custos de registo, custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento e custos de realização de estudos de investimento (*research*)

Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

a) Valores mobiliários

- i. A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo. Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela Sociedade Gestora.
- ii. Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os títulos são considerados como não cotados para efeito de valorização e serão aplicados os seguintes critérios:

A valorização de instrumentos financeiros não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados será efetuada com base no valor médio das ofertas de

compra e venda firmes disponibilizada para o momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo ou, na sua falta, com base no valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro e sejam conhecidos os critérios de composição e ponderação ou no valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas na alínea anterior. Na impossibilidade de utilização dos critérios anteriores, recorrer-se-á a modelos teóricos, tais como o modelo dos *cash-flows* descontados, EVA models e comparáveis de mercado que sejam considerados adequados pela Sociedade Gestora para as características do ativo a valorizar.

Excetua-se o caso de instrumentos financeiros(ações) em processo de admissão à cotação a um mercado regulamentado, em que se o valor a atribuir pela entidade gestora corresponderá à última cotação conhecida no momento de referência das ações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, tendo em consideração as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

No caso de valores representativos de dívida e quando a Sociedade Gestora considere que, designadamente por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflita o seu presumível valor de realização ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão no momento de referência. Essa cotação será procurada, alternativamente nas seguintes fontes:

- 1) Em sistemas internacionais de informação de cotações como, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora;
- 2) Junto de entidades especializadas, para determinação da média das ofertas de compra e venda firmes dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção no valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro. Caso não se verifiquem as condições anteriores a avaliação será efetuada tendo por base o valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas;

Para os efeitos estabelecidos nos anteriores 1) e 2) apenas são elegíveis:

- a) As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;
 - b) As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- 3) Através de fórmulas de valorização baseadas em modelos teóricos de avaliação de obrigações, onde os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título são descontados a uma taxa de juro que reflita o risco associado a esse

investimento específico, recorrendo-se ainda à comparação direta com títulos semelhantes para aferir da validade da valorização.

b) Instrumentos do mercado monetário

Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- i. Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- ii. A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- iii. Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c) Instrumentos derivados

- i. Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á o último preço divulgado pelos respetivos mercados no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo, i.e. o *settlement price* corresponde ao dia da valorização;
- ii. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela Sociedade Gestora utilizar-se-á, alternativamente, uma das seguintes fontes:
 1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo das ofertas de compra e venda difundidas por um *market-maker* da escolha da Sociedade Gestora;
 2. Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da Sociedade Gestora sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor atual das posições em carteira através da atualização dos *cash-flows* a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

Comissão de subscrição

O OIC cobra uma comissão de subscrição, no momento em que se subscrevem as unidades de participação do fundo de investimento. O seu montante é, assim, adicionado ao valor das unidades de participação para se apurar o montante a pagar pelo subscritor, podendo ser cobrada uma comissão de 2% para subscrições de unidades de participação das Categorias I e R e de 5% para subscrições de unidades de participação da Categoria T, revertendo a favor da sociedade gestora. As subscrições efetuadas na categoria R, para clientes do canal Banco BEST, estão isentas de comissão até 31 de dezembro de 2023.

Comissão de reembolso

O OIC poderá cobrar uma comissão de resgate de acordo as seguintes condições;

- Nas categorias I e R uma comissão de resgate de 0.50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição. A comissão de resgate será cobrada em função da salvaguarda do interesse dos demais participantes no OIC, revertendo a favor da Sociedade. Após o período de 90 dias, não será cobrada qualquer comissão de resgate no momento do reembolso do investimento.
- Na categoria T, independentemente do período de permanência, não é aplica qualquer comissão de resgate/reembolso

Comissão de gestão

Valor da comissão:

A comissão de gestão é fixa aplicando-se a cada uma das categorias os seguintes valores:

Categoria I

- i. A comissão de gestão é de 1,25% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora.

Categoria R

- ii. A comissão de gestão é de 1,75% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora

Categoria T

- iii. ii. A comissão de gestão é de 0,75% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora

Modo de cálculo da comissão:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, subjacente a cada categoria tratando-se de uma taxa nominal.

Condições de cobrança da comissão:

A comissão é cobrada mensalmente e postecipadamente até ao 5 dia útil do mês seguinte.

Comissão de Depósito

Valor da comissão:

A comissão de depositário é de 0,13% anual, passando a 0,12% anual se o valor líquido global do fundo for superior a 20 Milhões de euros.

Modo de cálculo da comissão:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, tratando-se de uma taxa nominal.

Condições de cobrança da comissão:

A comissão de depositário é cobrada mensal e postecipadamente até ao final do mês seguinte.

Custos de realização de estudos de investimento (*research*)

Constituem encargos do OIC os custos de realização de estudos de investimento (*research*). Para este efeito apenas serão encargos do OIC os custos que correspondam a serviços efetivamente prestados ao OIC.

A Sixty Degrees estabeleceu internamente um sistema de verificação das necessidades, dos fundos por si geridos, de contratação de serviços para a realização de estudos de investimento.

Estes custos encontram-se refletidos na taxa de encargos correntes, com um máximo de 0.10%/ano, calculados com base no VLGf referente ao fecho do ano.

Os participantes poderão obter informações adicionais respeitantes ao orçamento para custos com a realização de estudos de investimento junto da Sixty Degrees.

O relatório e contas anual inclui informação quantitativa sobre os custos de realização de estudos de investimento.

Outros encargos

Para além das comissões de gestão e de depositário o Fundo suporta os seguintes encargos calculados diariamente:

- a) Os encargos fiscais que lhes sejam imputáveis.
- b) As despesas relativas à compra e à venda dos valores do seu património e relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros a prazo, empréstimos e reportes, incluindo-se nestas despesas as taxas de bolsa e de corretagem.
- c) A taxa de supervisão de 0,0012% paga à CMVM, que incide sobre o valor líquido global, no último dia de cada mês, de cada um dos OIC geridos pela mesma, não podendo a coleta ser inferior a € 100 nem superior a € 12 500, majorada de acordo com a Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro, e artigo 35.º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência (AdC), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto.
- d) Os custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento.
- e) Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
- f) Custos relativos à emissão de código LEI e documentos de circularização solicitados ao Banco Depositário do fundo para efeitos de encerramento de contas.

O Fundo não suportará encargos relativos a quaisquer outras remunerações de consultores da Sociedade Gestora ou de sub-depositários.

Regime Fiscal

O enquadramento abaixo apresentado não dispensa a consulta da legislação em vigor a cada momento, nem constitui garantia da sua não alteração até à data do resgate/reembolso. O enquadramento aqui expresso não obriga as autoridades fiscais ou judiciárias e não garante que essas entidades não possam adotar posições contrárias.

O regime fiscal que a seguir se descreve respeita ao regime fiscal em vigor na data de apresentação do presente relatório e assenta na interpretação da SIXTY DEGREES SGOIC sobre o mesmo.

IRC

O regime, aplicável aos organismos de investimento coletivo (Decreto-Lei nº 7/2015 de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos à “Saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC é tributado, à taxa geral de IRC, sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC, à taxa de 0,0125%.

Tributação dos rendimentos obtidos pelos participantes

A tributação, ao abrigo do novo regime, incide apenas sobre a parte dos rendimentos gerados a partir de 1 de julho de 2015. Assim, a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa das unidades de participação é dada pela diferença entre o valor de realização e o valor de mercado das unidades de participação a 30 de junho de 2015 ou, se superior, o valor de aquisição das mesmas.

A) Pessoas singulares

a) Residentes (i.e., titulares de unidades de participação ou participações sociais residentes em território português)

i. Rendimentos obtidos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo OIC e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação e que consistam numa mais-valia estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, podendo o participante optar pelo seu englobamento.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de unidades de participação estão sujeitos a tributação autónoma, à taxa de 28%, sobre a diferença positiva entre as mais e as menos valias do período de tributação.

ii. Rendimentos obtidos no âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, tendo a retenção na fonte a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

Os rendimentos obtidos com o resgate e com a transmissão onerosa de unidades de participação concorrem para o lucro tributável, aplicando-se as regras gerais dos Códigos de IRC e de IRS.

b) Não residentes

Os rendimentos obtidos estão isentos de IRS.

Quando os titulares, pessoas singulares, sejam residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das UP são sujeitos a tributação, por

retenção na fonte, à taxa de 35% no caso dos rendimentos de capitais e à taxa de 28% no caso de rendimentos obtidos com as operações de resgate das UP, ou via tributação autónoma, à taxa de 28%, no caso de rendimentos decorrentes da transmissão onerosa da UP.

B) Pessoas coletivas

a) Residentes

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 25%, tendo o imposto retido a natureza de imposto por conta.

Por outro lado, os rendimentos obtidos com o resgate ou a transmissão onerosa das unidades de participação concorrem para o apuramento do lucro tributável, nos termos do Código do IRC.

Os rendimentos obtidos por pessoas coletivas isentas de IRC estão isentos de IRC, exceto quando auferidos por pessoas coletivas que beneficiem de isenção parcial e respeitem a rendimentos de capitais, caso em que os rendimentos distribuídos são sujeitos a retenção na fonte, com carácter definitivo, à taxa de 25%.

b) Não residentes

Os rendimentos obtidos com as unidades de participação são isentos de IRC.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das UP estão sujeitos a tributação à taxa de 35%, por retenção na fonte, no caso dos rendimentos distribuídos, ou tributação autónoma à taxa de 25%, no caso de rendimentos auferidos com o resgate ou com a transmissão onerosa da UP.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável ou detidos, direta ou indiretamente, em mais de 25% por entidades ou pessoas singulares residentes em território português, os rendimentos decorrentes das unidades de participação estão sujeitos a tributação à taxa de 25%, por retenção na fonte.

Tributação em sede de imposto de selo

Estão sujeitas, desde janeiro de 2019, a imposto de selo à taxa de 4%:

- a) As comissões de gestão e de depósito suportadas pelo OIC;
- b) As comissões de subscrição e resgate suportadas pelos Participantes.
- c) Custos de Research

Nota 1 – Capital do Fundo

O património do OIC é representado por valores mobiliários que representam direitos de conteúdo idêntico, sem valor nominal, a uma fração daquele património que se designam unidades de participação.

As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural, sendo admitido o seu fracionamento para efeitos de subscrição, resgate ou reembolso.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o período de referência, findo a 30 de junho de 2025, apresenta o seguinte detalhe:

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL						(em euro)
Descrição	No início	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	No fim
Valor Base	11 351 761	6 142 174	-	-	-	17 493 935
Diferença p/Valor Base	58 134	-	-	-	-	58 134
Resultados Acumulados	374 042	-	-	-	553 432	927 474
Resultados do Período	553 432	-	-	(553 432)	3 035 952	3 035 952
Soma	12 337 369	6 142 174	-	(553 432)	3 589 384	21 515 495

A evolução do valor do Fundo durante o período de referência, findo a 30 de junho de 2025 foi o seguinte:

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL- Categoria I (em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2025			
Jan	9 349 833.13	6.7384	1 387 554.07
Fev	10 545 435.20	7.0828	1 488 884.06
Mar	11 137 951.64	7.2084	1 545 144.54
Abr	11 346 547.22	7.2763	1 559 391.78
Mai	13 480 850.21	7.8349	1 720 624.59
Jun	15 062 975.30	7.9063	1 905 174.37

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL- Categoria R (em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2025			
Jan	854 706.06	6.2743	136 224.06
Fev	898 099.04	6.5924	136 231.61
Mar	913 675.79	6.7064	136 238.99
Abr	932 448.51	6.7669	137 796.53
Mai	1 004 033.01	7.2833	137 854.52
Jun	2 028 550.63	7.3464	276 127.30

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL- Categoria T (em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação
Ano 2025			
Jan	3 196 322.00	5.4963	581 536.69
Fev	3 361 011.71	5.7795	581 536.69
Mar	3 929 275.75	5.8846	667 725.67
Abr	3 969 009.51	5.9424	667 911.40
Mai	4 277 793.52	6.4014	668 263.89
Jun	4 423 968.89	6.4625	684 556.62

Nota 2 – Transações de valores Mobiliários no período

Para o período de referência findo a 30 de junho de 2025, as transações de valores mobiliários efetuadas pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL				(em euro)
	Compras (1)	Vendas (2)	Total (1)+(2)	
	Mercado	Mercado	Mercado	
Obrigações	5 103 321	3 914 985	9 018 306	
Acções	4 314 215	208 050	4 522 265	
Contrato de Futuros	509 465	520 490	1 029 955	
Direitos		2	2	

Para o período de referência findo a 30 de junho de 2025, não foi cobrada qualquer comissão de subscrição e resgate.

	Valor	Comissoes Cobradas
Subscrições	6 142 174	-
Resgates	-	-

Nota 3 – Carteira de Títulos e Disponibilidades

O detalhe da carteira de títulos, a 30 de junho de 2025 é apresentado como se segue:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 30 de junho de 2025

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL				(Valores em Euro)	
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Juros corridos	SOMA
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS					
Mercado de Bolsa Nacional					
Acções					
Altri, SGPS, S.A.	746 465.34		-26 041.37	720 423.97	720 424
Banco Comercial Portugues - PTBCPOAM0015	1 196 054.52	866 642.56		2 062 697.08	2 062 697
Corticeira Amorim-SGPS - PTCOR0AE0006	679 625.89		-80 691.73	598 934.16	598 934
CTT - Correios de Portugal SA - PTCTTOAM0001	722 594.76	352 555.44		1 075 150.20	1 075 150
EDP Energias de Portugal SA - PTEDPOAM0009	663 902.76	24 483.96		688 386.72	688 387
EDP Renováveis SA - ES0127797019	740 434.72		-81 334.77	659 099.95	659 100
GALP Energia SGPS SA-B Shrs-PTGALOAM0009	1 636 304.77	46 983.50		1 683 288.27	1 683 288
Ibersol - SGPS, S.A.	789 362.62	219 748.34		1 009 110.96	1 009 111
Impresa SGPS	90 848.10		-7 483.87	83 364.23	83 364
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	820 339.27	83 496.17		903 835.44	903 835
Mota Engil - SGPS SA	511 168.42	96 801.48		607 969.90	607 970
NOS, SGPS, SA - PTZON0AM0006	1 211 300.83	97 374.50		1 308 675.33	1 308 675
NovaBase - SGPS, SA	43 400.07	11 693.43		55 093.50	55 094
REN - Redes Energéticas Nacionais SA - PTRELOAM0008	757 368.10	164 252.60		921 620.70	921 621
Semapa - S. Inv.Gestão-SGPS,S.A. (nom)	214 024.04	25 704.46		239 728.50	239 729
Sonae - SGPS	1 398 516.06	324 970.16		1 723 486.22	1 723 486
THE NAVIGATOR COMP-PTPTIOAM0006	593 724.07		-62 528.66	531 195.41	531 195
VAA Vista Alegre	85 989.08	6 319.52		92 308.60	92 309
Sub-Total:	12 901 423.42	2 321 026.12	-258 080.40	14 964 369.14	14 964 369
Obrigações					
BUBILL 0 07/16/25 Corp	2 523 119.70	5 261.10		2 528 380.80	2 528 381
BUBILL 0 09/17/25 Corp	2 221 146.90	334.50		2 221 481.40	2 221 481
Sub-Total:	4 744 266.60	5 595.60	0.00	4 749 862.20	4 749 862.20
Total	17 645 690	2 326 622	-258 080	19 714 231	19 714 231

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

 38

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante o período em referência foi o seguinte:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL (em euro)				
Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Depósitos à ordem	534 377	26 079 197	24 800 302	1 813 272

A 30 de junho de 2025, os depósitos à ordem encontravam-se domiciliados na Caixa Geral de Depósitos com um valor total de 1.813.272 euros.

Nota 4 – Critérios de valorização dos ativos

Para valorização dos ativos integrantes da carteira, foram utilizados os critérios de valorização mencionados no ponto acima, denominado “Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP”.

Nota 5 – Resultados Obtidos

Os resultados obtidos pelo Fundo, no período em referência findo a 30 de junho de 2025, são compostos pelas seguintes rubricas:

1º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - PROVEITOS

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL (Valores em Euro)							
Natureza	GANHOS DE CAPITAL			GANHOS COM CARÁCTER DE JURO			
	Mais Valias potenciais	Mais Valias efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros corridos	Rendimento de títulos	Soma
Operações à Vista							
Acções	9 660 188	2 267	9 662 455	-	-	561 450	561 450
Obrigações	44 999	22	45 021	-	-	-	-
Direitos	605	41 355	41 960	-	-	-	-
Operações a Prazo							
Cambiais							
Forwards	10	-	10	-	-	-	-
Cotações							
Futuros	2 177 260	-	2 177 260	-	-	-	-

2º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - CUSTOS

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL (Valores em Euro)						
Natureza	PERDAS DE CAPITAL			JUROS E COMISSÕES SUPOSTADOS		
	Menos Valias potenciais	Menos Valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	Soma
Operações à Vista						
Acções	7 794 642	320	7 794 962	-	-	-
Obrigações	5 234	-	5 234	-	-	-
Direitos	22 624	-	22 624	-	-	-
Outros Ativos	10 108	-	10 108	-	-	-
Operações a Prazo						
Cambiais						
Forwards	21 179	-	21 179	-	-	-
Cotações						
Futuros	1 474 084	-	1 474 084	-	-	-
Comissões						
De Gestão	-	-	-	92 172	-	92 172
De Depósito	-	-	-	10 308	-	10 308
De Carteira Títulos	-	-	-	8 947	-	8 947
Taxa de Supervisão	-	-	-	1 210	-	1 210
Outras Operações	-	-	-	2 220	-	2 220

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Nota 9 – Impostos e taxas

Durante o período em referência, findo a 30 de junho de 2025, foram cobrados os impostos que se seguem:

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC		(em euro)	
		30/06/2025	30/06/2024
Conta	Descrição	Saldo	Saldo
74122	Imposto de selo	8 967	3 736

Nota 15 – Encargos Imputados ao Fundo

De acordo com o artigo 12º do regulamento da CMVM 7/2023, os encargos correntes imputados ao Fundo, durante o período em referência, findo a 30 de junho de 2025, apresentam o seguinte detalhe:

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL		(Valores em EUR)			
		30/06/2025		30/06/2024	
Custos		Valor	%VLGF	Valor	%VLGF
Valorização Média		15 958 981		6 532 845	
Banco Deposit.		10 308	0.06%	4 246	0.06%
Comissão Gestão		92 172	0.58%	39 965	0.61%
Tx. Supervisão		1 210	0.01%	632	0.01%
Custos de Auditoria		2 220	0.01%	2 088	0.03%
Outros Custos		8 967	0.06%	3 736	0.06%
TOTAL		114 877		50 668	
TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)			0.72%		0.78%

A afetação dos encargos correntes, por categoria, para o período em referência apresenta o seguinte detalhe:

	I	R	T
Comissão de Gestão	69 904.08 €	8 286.49 €	13 981.57 €
Comissão de Depósito	7 269.10 €	615.49 €	2 423.17 €
Taxa de Supervisão	851.67 €	77.92 €	280.34 €
Auditor	1 562.80 €	142.99 €	514.42 €
Outros custos correntes	6 311.77 €	577.50 €	2 077.61 €
TOTAL	85 899.44 €	9 700.39 €	19 277.11 €

	I	R	T
Ativo Médio	11 254 384.83 €	952 932.25 €	3 751 663.93 €

	I	R	T
TEC	0.76%	1.02%	0.51%

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As contas do fecho do semestre são comparáveis com as contas relativas ao período homólogo, junho de 2024.

Nota 17 – Acréscimos e Diferimentos

Em 30 de junho de 2025, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Acréscimos de Proveitos (em euro)			Acréscimos de Custos (em euro)		
Descrição	Saldo		Descrição	Saldo	
	30/06/2025	31/12/2024		30/06/2025	31/12/2024
Outros	23 801	3 990	Outros	-	-
Total	23 801	3 990	Total	-	-

Nota 18 – Contas de Terceiros

A 30 de junho de 2025, as contas de terceiros apresentavam os seguintes valores:

Devedores (em euro)			Credores (em euro)		
Descrição	Saldo		Descrição	Saldo	
	30/06/2025	31/12/2024		30/06/2025	31/12/2024
Operações de mercado	50	-	Operações de mercado	-	51 828
Estado e outros entes públicos	960	960	Entidade Gestora (Sixty Degrees)	19 930	12 083
Outros devedores	754	754	Entidade Depositária (CGD)	2 162	1 285
			Autoridade de Supervisão (CMVM)	261	278
			Estado e outros entes públicos	2 355	1 405
			Outros credores	12 865	7 496
Total	1 763	1 713	Total	37 573	74 374

O Contabilista Certificado

A Administração

Rui Filipe Salvaterra Pires

Nuno João Pereira Vinícius Manuel Vazquez Garcia

Lisboa 21 de agosto de 2025

4 Certificação das Contas

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (SIXTY DEGREES AP), gerido pela SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 21.553.068 euros e um total de capital do Fundo de 21.515.495 euros, incluindo um resultado líquido de 3.035.952 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do SIXTY DEGREES AP e da Sociedade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 91% do ativo conforme a nota 3 do anexo às demonstrações financeiras à data de 30 de junho de 2025.</p> <p>Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado de acordo com a alínea a) n.º i. das Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP que se encontram na Introdução do anexo às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão.</p> <p>Dada a volatilidade dos preços de mercado consideramos esta matéria como uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos.</p>	<p>Entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teste ao controlo interno do Fundo, nomeadamente ao processo de valorização da carteira; • Recalculo do valor de mercado dos títulos em carteira com recurso a fontes oficiais e comparação com os valores apurados pelo Fundo; • Avaliação sobre a adequacidade das divulgações de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão da Sociedade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos monetários do SIXTY DEGREES AP de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para Fundos de investimento mobiliário;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do SIXTY DEGREES AP de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do SIXTY DEGREES AP;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do SIXTY DEGREES AP para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o SIXTY DEGREES AP descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia, nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o SIXTY DEGREES AP, não identificamos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do SIXTY DEGREES AP.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 28 de agosto de 2025



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos
Registado na OROC n.º 599 e na CMVM n.º 20160252